

Público

25-03-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Economia

Dimensão: 317

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

Um em cada dez portugueses comprou bens ou serviços na economia paralela

Consumo
Ana Rute Silva

Na Europa, 11% dos inquiridos admitem ter adquirido produtos ou pago a alguém de forma não declarada

No último ano, 10% dos portugueses admitem ter comprado bens ou serviços na economia paralela e 2% reconhecem ter auferido rendimentos não declarados, revela um inquérito do Eurobarómetro da Comissão Europeia realizado nos 28 Estados-membros.

Em média, entre os países da União Europeia (UE), um em cada dez europeus admite ter adquirido produtos ou pago a alguém de forma não declarada. E um em cada 30 recebeu por fora parte do salário (2% em Portugal). Cerca de 4% recebem dinheiro em troca de trabalho ilegal.

Comparando com 2007, a percentagem de portugueses que compararam na economia paralela aumentou três pontos. E um quarto dos inquiridos admite que compra, sobretudo, produtos alimentares. Seguem-se os serviços de reparação ou renovação da casa (22%) e a reparação de automóveis (13%).

Em termos médios globais, reparações e renovações em casa (29%), reparações automóveis (22%), serviços domésticos (15%) e alimentação (12%) são os bens e serviços não declarados com maior procura.

Grécia (30%), Holanda (29%), Letónia (28%), Dinamarca e Malta (23%) e Eslovénia (22%) são os países com maior número de inquiridos a admitir ter comprado produtos não declarados. No lado oposto, estão o Reino Unido e Espanha (8%), Alemanha (7%) e Polónia (5%). Há, contudo, diferenças quanto ao tipo de bens adquiridos;



Reparações em casa estão entre os serviços mais pagos sem declarar

enquanto na Holanda e Dinamarca se gasta mais em serviços de jardinagem e limpeza, na Grécia, Letónia, Malta ou Eslovénia a economia paralela é mais frequente nas áreas da saúde.

Preço baixo influencia

De acordo com o Eurobarómetro divulgado ontem por Bruxelas, os europeus gastam anualmente 200 euros com estas despesas e o montante médio anual auferido pelos que trabalham sem declarar rendimentos ascende a 300 euros.

Questionados sobre quanto gastaram, nos últimos 12 meses, com estes produtos ou serviços, 48% dos portugueses dizem “não saber”, 10% indicaram entre um a 50 euros e outros 10% entre 51 a 200 euros. Na Europa, quem trabalha de forma ilegal presta, sobretudo, serviços de reparação e renovação de casas (19%), jardinagem (14%), limpeza (13%) e ainda de guarda de crianças (12%).

Questionados sobre os motivos que levam a comprar estes produtos ou serviços, 60% dos europeus dizem que o preço mais baixo é um factor determinante na escolha. Em

Portugal, a percentagem fica ligeiramente acima da média da UE: 62%. Ainda assim, 24% dos portugueses dizem ter comprado para ajudar alguém que precisa, valor que aumentou 14 pontos comparando com respostas dadas em 2007. Cerca de 35% compram a amigos, colegas e conhecidos (42% da UE).

A Comissão Europeia diz que o trabalho não declarado “continua a ser um problema disseminado na Europa, apesar da escala e da percepção do fenómeno variar em função do país”. E para tentar travar a tendência prepara-se para lançar uma plataforma de prevenção e dissuasão do trabalho ilegal, para “intensificar a cooperação entre Estados-membros na perspectiva de combater o problema com maior eficácia”.

“Os Estados-membros têm de pôr em prática políticas que desincentivem o trabalho não declarado ou fomentem a sua transformação em trabalho regular, cooperando mais estreitamente para combater este flagelo”, defendeu László Andor, comissário europeu para o Emprego, os Assuntos Sociais e a Inclusão.